



Controle de sonegação é aprovado por distribuidoras

Representantes das maiores distribuidoras do Brasil demonstraram grande interesse no sistema desenvolvido pela Secretaria da Fazenda para combater a sonegação de combustíveis. Em reunião nesta quinta-feira (28) com o secretário de Estado da Fazenda, Sérgio Alves, Hélvio Rebeschini e Dietmar Schupp, diretores do Sindicom - Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes, que representa as maiores distribuidoras do país, e Paulo Boamar, presidente do Comitê Sul Brasileiro da Qualidade de Combustível, manifestaram apoio à iniciativa.

O SMV - Sistema Medidor de Vazão, criado pelo GTCOL (Grupo Especialista no Combate à Sonegação de Combustíveis e Lubrificantes) em parceria com empresas privadas de SC e de outros Estados - funciona por medidores eletrônicos ligados aos postos e instalados nos tanques de combustível.

As informações sobre a vazão do produto são enviadas via tecnologia GSM à Secretaria da Fazenda, que pode monitorar o volume de combustíveis que entra no estabelecimento, cruzando as informações com aquelas prestadas pelos fornecedores e assim impedindo a sonegação.

O sistema tem recebido o apoio de todo o setor econômico da comercialização de combustíveis, porque resolve ao mesmo tempo os problemas de sonegação e adulteração de

combustíveis, além de combater a concorrência desleal e garantir a qualidade do produto.

Sérgio Alves reafirmou o compromisso de colocar em funcionamento o SMV.

"Um dos principais aspectos do Sistema é a mudança no foco de atuação da Fazenda, que passa a ser menos de fiscalização e mais de monitoramento", disse o secretário.

O objetivo é levar o sistema a todo o Estado e assim zerar a sonegação. Os técnicos do GTCOL informaram ainda que os postos que instalarem o SMV poderão utilizá-lo como um sistema eletrônico de gerenciamento do próprio estabelecimento.

Quando o sistema for implantado, Santa Catarina será pioneira no Brasil. O próximo passo é criar o amparo legal necessário à exigência da medida, o que será feito em articulação com os sindicatos dos postos e o das distribuidoras de combustíveis.

Números dos Sindicatos dos Postos de Combustíveis apontam que até 25% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis são sonegados no Estado.

Além da adulteração, principalmente no álcool hidratado e no biodiesel, a sonegação na gasolina se dá ao adicionar solvente no produto, vendido sem nota fiscal. No álcool, o problema ocorre nas distribuidoras que vendem aos postos sem nota fiscal.

Este desvio faz com que Santa Catarina deixe de arrecadar cerca de R\$ 50 milhões por ano, dinheiro que seria empregado, por exemplo, em saúde, educação e segurança.

01/03/2007 | 07:35

Fonte: <http://www.difusora910.com.br>